

Ata da 238ª sessão do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, realizada em 13 de Abril de 1954

Aos treze (13) dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), às quinze horas e trinta minutos (15,30), na sala numero trinta e quatro (34) do Palácio da Justiça, nesta cidade de Recife, Capital do Estado de Pernambuco, reuniu-se, em sessão extraordinária, o Conselho da Seção Pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil, sob a presidência do doutor José Cavalcante Neves, servindo como primeiro secretário o conselheiro Senecio Jordão Emerenciano e como segundo secretário, ad hoc, o conselheiro Adauto José de Melo, presentes ainda os conselheiros Fernando Mendonça, João Pinheiro Lima, Luiz Rafael Mayer, Antônio Geraldo Furtado, Augusto de Souza Duque, Carlos Moreira, Barreto Campos, Tabosa de Almeida e Eduardo Collier. Foram lidas e aprovadas, sem emendas, as atas das sessões dos dias vinte e três (23) de fevereiro e doze (12) de março. Antes da leitura do expediente, o conselheiro João Pinheiro Lima, pediu fosse justificada a sua falta à sessão anterior, sendo atendido pelo Conselho. O Expediente consistiu do seguinte: a) telegramas dos doutores Rehemias Gueiras e José de Pontes Vieira, comunicando que assumiram juntamente com o doutor Edgar de Toledo, os lugares de representantes deste Conselho junto ao Conselho Federal da Ordem; b) Ofício do Secretário Geral da Ordem pedindo sugestões deste Conselho a propósito de uma indicação de uso de distintivos para os membros da ordem, sendo

designado relator o conselheiro Luiz Rafael Mayer. c) officio do Presidente do Conselho do Estado de Santa Catharina enviando uma relação dos advogados, inscritos naquela secção, suspensos por falta de pagamento de anuidades. d) officio do Presidente do Tribunal de Justiça solicitando a indicação de cinco (5) advogados, para dentre elles ser sorteados o componente de banca examinadora do concurso de juiz de direito. e) officio do Secretario Geral do Excmo comunicando que o Conselho Federal manteve a decisão deste Conselho que suspendeu o advogado Osias Dias de Souza por prasso indeterminado, tendo o referido advogado o posto embargos à decisão. Em seguida, o seu hon. Presidente annuncia que o Conselho deverá escolher os advogados que integrarão a banca examinadora do concurso de juiz de direito. Com a palavra o conselheiro Luiz Rafael Mayer, propõe que, agora como em casos futuros, o nome do seu hon. Presidente figure obrigatoriamente na lista a ser indicada ao Tribunal de Justiça, devendo o Conselho escolher apenas mais quatro (4) nomes. A proposta do conselheiro Luiz Rafael Mayer foi aprovada unanimemente, sendo indicados os advogados Arsênio Meira de Vasconcelos, Torquato de Alva Castro, Mario Neves Batista e Fernando Augusto de Mendonça, os quaes, juntamente com o seu hon. Presidente do Conselho, integrarão, até o fim do corrente anno, a lista de advogados de que cogita o mencionado officio do seu hon. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado. Logo depois, por proposta do seu hon. Presidente tal dilação foi votada uma moção de solidariedade aos advogados Berquett e Elliot.

e de vehemente repulsa à falsa notícia do seu falecimento e determinado que sobre o assumpto se officiasse ao Exmo Sr. Governador do Estado pedindo fosse apurado o facto e punidos os culpados. Os Conselheiros Tabosa de Almeida e Carlos Moreira votaram contra a segunda parte da moção porque consideram inócuas as providencias suggeridas pela presidencia. O conselheiro Barreto Campelo declarou que era pela punição apenas de quem levou ao jornal a falsa noticia. Para substituir o Conselheiro Antonio Leitão Vieira de Melo, recentemente falecido, foi eleito por dois (20) votos o advogado Euclides Claro de Sousa Costa, abstenendo-se de votar os conselheiros Barreto Campelo e Tabosa de Almeida, porque entendiam ser o caso de indicação do Instituto dos Advogados. Com a palavra o conselheiro Fernando Mendonça propôs que o Conselho auxiliasse um advogado que se encontra gravemente enfermo no Sanatorio do Saneador. O sr. Presidente esclarece que já estava tratando do assumpto e que a materia já estava para ser decidida na reunião. Foi votado de accordo com o parecer do Tesoureiro e emenda do Prof. Barreto Campelo, um auxilio mensal de dois mil cruzados (Cr\$ 2.000,00) durante seis (6) meses, devendo o processo ser reexaminado antes de encerrar-se tal prazo.

Na ordem do dia foi lido, apreciado e aprovado o relatório que o Conselheiro Jordão Emerenciano apresentou a respeito da atuação dos representantes do Conselho na 8a. Conferencia Interamericana de Advogados, realizada em São Paulo.

Por indicação do Conselho Antônio Fialdo Fuder, foi
 votado e aprovado um voto de louvor aos doutores
 Jordão Emerenciano, Mário de Souza, Torquato Castro e
 Arsênio Meira pelos desempenhos que deram ao
 mandato do Conselho naquela Conferência de Adogados.
 Finalmente foram aprovadas os seguintes pare-
 ceres da Comissão de Sindicância, relatados pelos
 conselheiros Antônio Fialdo Fuder e Adauto José
 de Melo; pelas inscrições no Quadro de Adogados
em caráter provisório, os bacharéis Olímpio
 Washington Telha de Mendonça, Luiz Heráclio Rêgo,
 Mário Gomes Carvalanti, Wílton Wanderley da Figueira,
 Wilson Mota Valença Brandão Conceição Costa, Be-
 nildes de Souza ^{Pichieiro}, Florianus Fro Junior, com im-
 pedimentos contra a Fazenda Estadual e José de
 Souza Alencar, com impedimento contra a Fa-
 zenda Municipal do Recife; e em caráter secundário, os bacharéis Hilário Gaspar de Oliveira,
 com impedimento contra a Fazenda Federal; pela
transformação em definitiva das inscrições pro-
visórias dos bacharéis Thales Bezerra de Albuquerque,
 que Camalho, Hélcio Taras Pires, Beraldo de
 Lucena Melo, João Furtado da Silva Junior, Ma-
 ria Auxiliadora de Cunha Pedrosa, Luiz Fernando
 Guedes Pereira e José Silvestre Costa; pela inscrição
 no Quadro de Solicitadores dos acadêmicos de
 direito Alberto de Moraes Vasconcelos, com impedi-
 mentos contra a Fazenda Federal e de Roberval
 Lins Pinto, com as proibições constantes do arti-
 go 10 (dez) nº IV e com impedimento contra a
 Fazenda Estadual. O Conselho deferiu o
 pedido de cancelamento de inscrição formula-
 da pelo advogado Paulo de Barros Vilela, dis-

pensando a multa de cem cruzeiros (R\$100,00)
 imposta por não ter votado nas eleições de
 29 (vinte e nove) de dezembro de mil novecentos
 e cinquenta e dois (1952). Finalmente o con-
 selheiro Fernando Augusto de Mendonça, dedu-
 zore que pretendia ler-se parecer a
 respeito da representação feita ao Conselho
 pelo advogado Hayden Porto Foulart, contra o
 escrivão Agenor Friere. Entretanto, dada a
 adiantada da hora, foi a matéria adiada
 para julgamento em sessão extraordinária
 que ficou convocada para o próximo
 dia vinte (20), às dezesseis (16) horas. Nada
 mais havendo a tratar foi lida e ada-
 da conforme vai assinada pelos membros
 da mesa. Feita a entre-linha ao sobrenome
 Ribeiro às fls 74 (folhas setenta e quatro).

J. Carvalho Xavier - Presidente
 J. de S. J. de S. - Secretário ad hoc